ESTUDO DO LIMITE PRUDENCIAL DAS CAPITAIS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2000 A 2016

Romildo da Silva (PROVIC/UEPG), Marcio Henrique Coelho (Orientador), email: marhenco6@gmail.com

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Economia.

Palavras-chave: Finanças públicas; limite prudencial; LRF; capitais.

Resumo

O objetivo deste artigo foi estabelecer um panorama do limite prudencial das capitais brasileiras. A metodologia: pesquisa exploratória, com o uso da estatística descritiva, tendo como variáveis selecionadas a despesa total com pessoal e a receita corrente liquida (RCL). Análise temporal delimitada: 2000 a 2016. Fontes consultadas: Secretaria do Tesouro Nacional; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e os sítios das capitais pesquisadas. Os resultados demonstram houve desequilíbrios em alguns períodos, motivados pela rigidez do gasto corrente.

Introdução

O orçamento público com seus diversos aspectos constitui-se no principal instrumento de intervenção do governo na economia. Executando o papel de agente regulador, intervencionista ou até mesmo como supridor de alguma necessidade social, o Estado, convenientemente necessita de um aparato financeiro para atuar, sendo assim, se faz indispensável uma legislação para nortear os níveis de gasto, a fim de garantir sustentabilidade e eficiência nas contas públicas.

Com o intuito de estabelecer normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal, em 2000 foi promulgada a Lei de Responsabilidade Fiscal, que teve por finalidade desenvolver um equilíbrio nas contas públicas nas esferas de governo, através de ações planejadas e transparentes, com controle e eficiência.

A análise do limite prudencial permite compreender de que forma o Estado se comporta diante do gasto com pessoal em face das outras demandas sociais que estão presentes no orçamento.

REVISÃO DE LITERATURA

Ao abordar a discussão sobre o processo orçamentário brasileiro Matias-Pereira (2010) define as finanças públicas como sendo basicamente atividades do Estado, e essas atividades devem estar voltadas para a obtenção e o emprego dos meios materiais e de serviços para suprir as necessidades da coletividade, de interesse geral.

Seguindo a mesma linha de análise ao conceituar e classificar os gastos públicos, Riani (2009) deixa explícito que o surgimento dos gastos são em decorrência da prestação de diversos serviços à sociedade, e esses podem representar o custo da quantidade e da qualidade dos bens e serviços oferecidos pelo governo

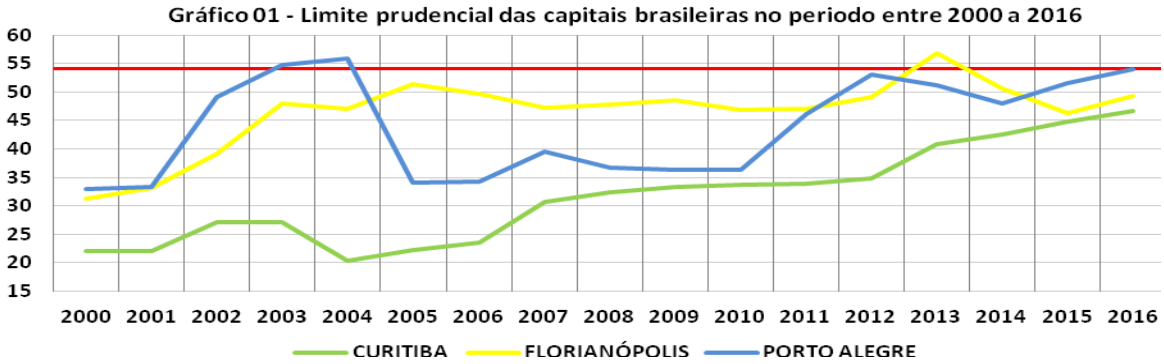
Materiais e Métodos

Pesquisa exploratória, com uso da estatística descritiva, com medidas de posição e dispersão, tendo como fontes IPARDES, o STN, o IBGE, e os balanços orçamentários das 26 prefeituras: Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, São Paulo,

Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória, Campo Grande, Goiânia, Cuiabá, Maceió, Salvador, Fortaleza, São Luís, João Pessoa, Recife, Teresina, Nata, Aracaju, Rio Branco, Macapá, Manaus, Belém, Porto Velho, Boa Vista e Palmas.

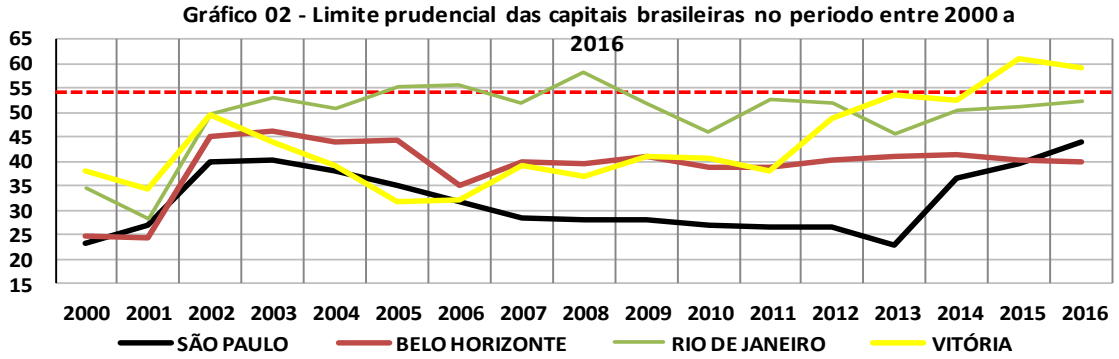
Resultados e Discussão

Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, apresentam um espaçamento entre as linhas indicando um comportamento diferenciado no que se referente ao gasto com pessoal, sendo possível ver essa diferença com exatidão todos os anos, visto que em momento algum os gastos da capital paranaense foram superior a Florianópolis, sendo que essas últimas possuem um comportamento parecido e elevado se comparado a Curitiba (Gráfico 1).



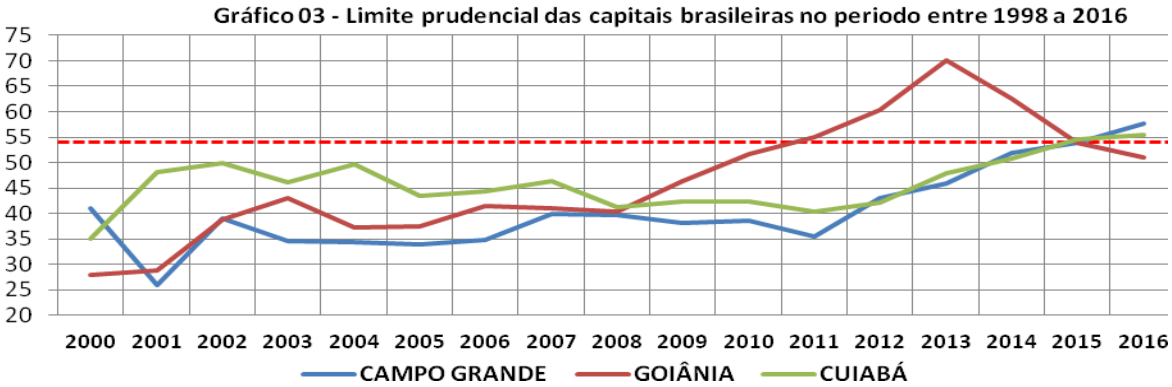
Fonte: STN (2018); IPARDES (2018); CURITIBA (2018); FLORIANÓPOLIS (2018); PORTO ALEGRE (2018).

Com relação as capitais que compõe a região sudeste, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Vitória, percebe-se conforme o Gráfico 2, que a capiatal do Estado do Rio de Janeiro se destaca em virtude do gasto em relação as demais.



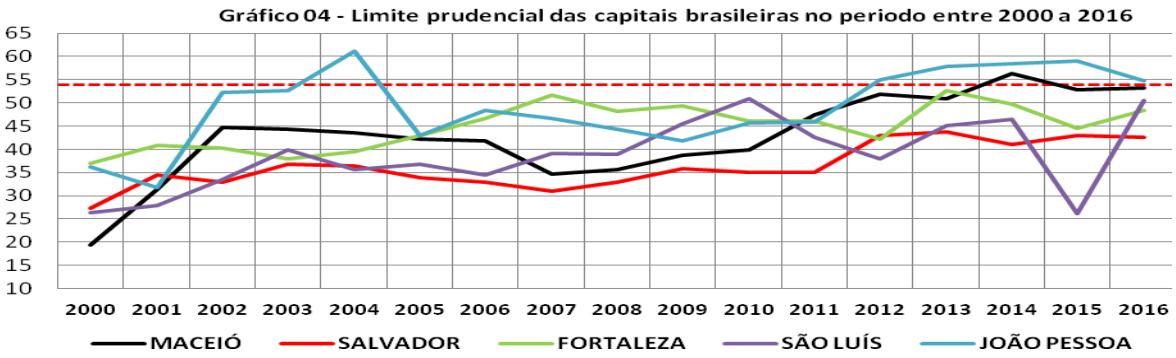
Fonte: STN (2018); IPARDES (2018); SÃO PAULO (2018); BELO HORIZONTE (2018); RIO DE JANEIRO (2018); VITÓRIA (2018).

Na região centro-oeste percebe-se que a capital que se destaca em virtude dos níveis de gastos é Goiânia, visto que em 2011 atingiu 55,0% do limite prudencial, e nos anos posteriores elevou ainda mais seus gastos como é demonstrado no Gráfico 3.



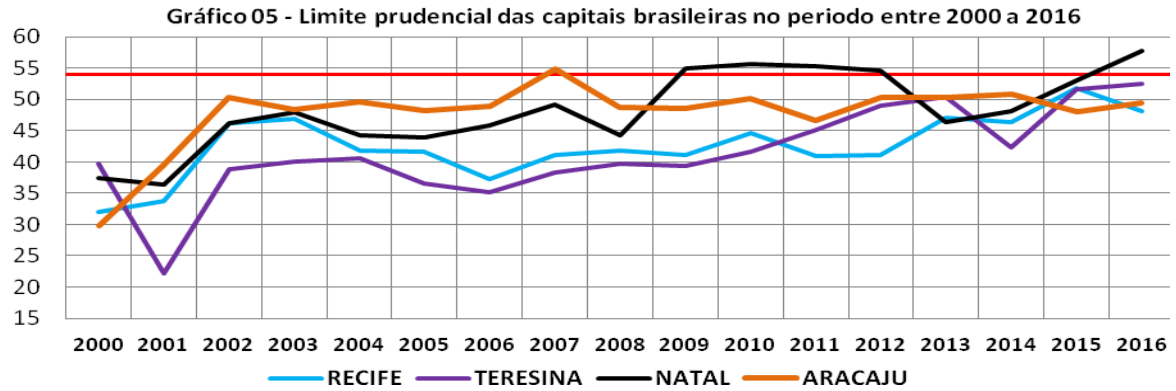
Fonte: STN (2018); IPARDES (2018); CAMPO GRANDE (2018); GOIANIA (2018); CUIABÁ (2018).

Como fica evidente através do Gráfico 4 logo no inicio do período estudado a capital João Pessoa tem seus níveis de gastos altos nos anos 2002 e 2003, e em 2004, o gasto ficou acima do limite prudencial definido pela LRF, atingindo 61,1%.



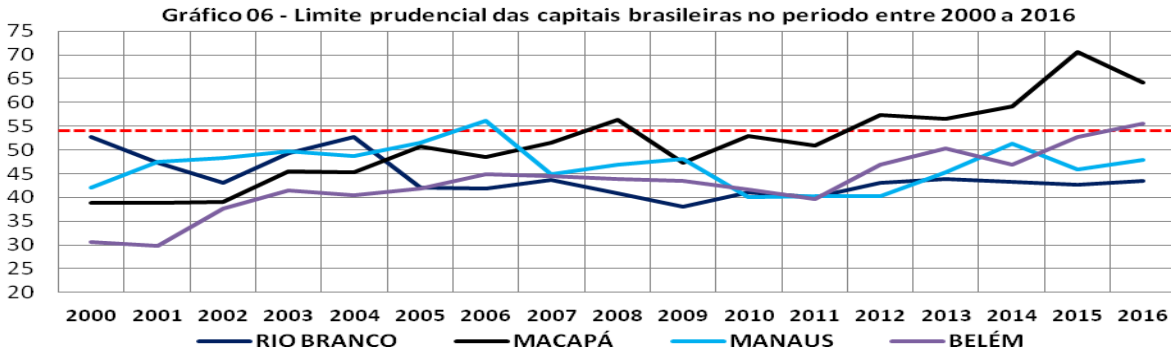
FONTE: STN (2018); IPARDES (2018); MACEIÓ (2018); SALVADOR (2018); FORTALEZA (2018); SÃO LUÍS (2018); JOÃO PESSOA (2018).

Continuando a análise das capitais da região Nordeste, têm-se apresentadas no Gráfico 5 o histórico dos níveis do limite prudencial de Recife Teresina, Natal e Aracaju.



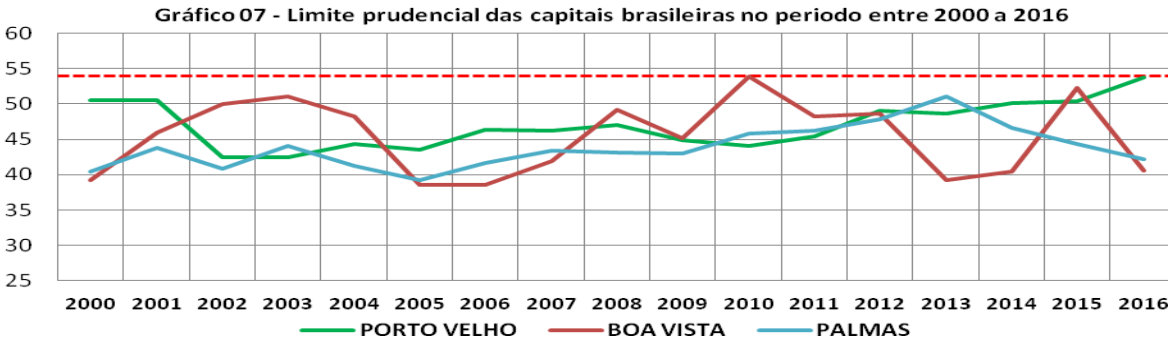
Fonte: STN (2018); IPARDES (2018); RECIFE (2018); TERESINA (2018); NATAL (2018); ARACAJÚ (2018).

Entre as capitais que estão em maior nível de crítico em relação aos seus gastos está Macapá, que após 2012 esteve acima do limite prudencial, chegando a atingir maior pico em 2015 com 70,7% de gastos.



Fonte: STN (2018); IPARDES (2018); RIO BRANCO (2018); MACAPÁ (2018); MANAUS (2018); BELÉM.

Prosseguindo na análise dos gastos com pessoal da Região Norte, estão apresentados no Gráfico 07 às ultimas três capitais que compõe a região, sendo elas, Porto Velho, Boa Vista e Palmas.



Fonte: STN (2018); IPARDES (2018); PORTO VELHO (2018); BOA VISTA (2018); PALMAS (2018).

CONCLUSÃO

Diante dos resultados obtidos com a presente pesquisa, conclui-se a necessidade do estabelecimento de mecanismos de gestão das contas públicas, visto que este é um tema que merece grande importância devido a amplitude de atuação.

Agradecimentos

Agradeço a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e ao Departamento de Administração, pelo incentivo e apoio ao desenvolvimento à pesquisa.

Referências

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas:** a política orçamentária no Brasil. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público:** uma abordagem introdutória. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

STN, Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: ttp://www.tesouro.fazenda.gov.br/. Consulta realizada em 23/02/2018.